

## MAIS COMÉRCIO AGRÍCOLA

**\*Roberto Rodrigues**

É de conhecimento geral que no ano passado o saldo comercial do Agronegócio foi de 79,4 bilhões de dólares, mais de 4 vezes maior que o saldo comercial do país todo, que foi de 19,4 bilhões de dólares. Já era então um número extraordinário, mas não para de crescer: segundo a SECEX do MDIC, de janeiro até setembro deste ano, o saldo do país era negativo em 1,62 bilhões de dólares, enquanto o do agronegócio era positivo em 65,3 bilhões. E ainda mais: considerados os últimos 12 meses, de 1 de outubro do ano passado a 30 de setembro deste ano, o saldo do agro era de 85,5 bilhões e o nacional completo de apenas 2,1 bilhões de dólares. A comparação entre os números impressiona: o saldo brasileiro caiu de 19 para 2 bilhões, e o do agro subiu de 79 para 85 bilhões de dólares.

Também se sabe que a soja tem sido grande impulsionadora das exportações. Sozinha, sua cadeia produtiva no ano passado exportou 26,1 bilhões, equivalentes a 11% das exportações totais do país e a 27% das do agronegócio. A safra desta leguminosa em 2012 foi de 81,5 milhões de toneladas. Pois bem, para o ano que vem, estima-se que a produção de soja supere 88 milhões de toneladas, ficando acima da produção norteamericana, que deveria chegar a 86 milhões. É, portanto de se supor que em 2014 se mantenha a saga do saldo comercial sendo puxado pelo agro, mesmo porque a demanda dos principais importadores, como a China, não param de crescer.

Considerando outros produtos, como açúcar, café, carnes, produtos florestais, suco de laranja, tudo indica que no ano que vem o agro tenha de novo grande peso no saldo comercial, embora o ânimo na indústria venha também melhorando no segundo semestre de 2013, sinalizando investimentos produtivos no setor.

Por isso, fica cada vez mais evidente a necessidade do país buscar acordos comerciais com os grandes consumidores mundiais de alimentos, fibras e energia. Avulta a importância de acordos bilaterais com outros países, em busca de mercados que nos permitam crescer no agronegócio, agregando valor as commodities agrícolas, gerando empregos, riqueza, renda e excedentes exportáveis no Brasil.

Mas, além de acordos bilaterais ou com blocos - como a União Europeia, em estudo -, existe um acordo chamado Sistema Geral de Preferências Comerciais Entre Países em Desenvolvimento - SGPC, assinado em abril de 1988 em Belgrado, no âmbito da UNCTAD. O acordo foi subscrito mais tarde, em abril de 1989, por 40 países, inclusive o nosso. Em 1997 houve em Genebra outra Rodada entre os países signatários e em 2010 uma terceira, em São Paulo. Dos 22 países que vieram a esta terceira discussão, 11 assinaram o acordo: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia e Marrocos, alguns dos quais grandes consumidores de produtos agrícolas.

O objetivo do acordo é exatamente incrementar o comércio entre os signatários, a partir do estabelecimento de margens de preferência, num

percentual aplicável pelo país importador às tarifas do produto importado que constem de uma lista de concessões.

Segundo o texto aprovado em 2001, haverá uma margem de preferência de 20% em boa parte das exportações dos signatários. Isso significa, por exemplo, que um produto que a Índia importe dos Estados Unidos com uma tarifa de 10%, seria importado do Brasil com tarifa 20% menos, isto é, de 8%. Parece pouco, mas, em muitos produtos, isso faz a diferença. E a recíproca é verdadeira, isto é, o Brasil daria preferência aos produtos vindos dos países participantes. Setores considerados sensíveis ficariam fora dessa liberação, mas não há dúvida de que o SGPC pode criar bons mercados ao agro brasileiro.

No entanto, o acordo ainda não foi implementado por nosso país, e aparentemente continua em estudo no âmbito do Executivo Federal. Esta passando da hora de sair das intenções para a realidade.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da  
FAO para as Cooperativas**